

THALES GUARACY

A CRIAÇÃO DO **BRASIL** 1600—1700

COMO UMA GERAÇÃO DE DESBRAVADORES DESAFIOU COROAS, RELIGIÕES E FRONTEIRAS,
DANDO AO PAÍS 5 DOS SEUS 8,5 MILHÕES DE KM² E ILIMITADAS AMBIÇÕES DE GRANDEZA



Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

Sumário

INTRODUÇÃO: NASCE O GIGANTE	9
1. O BRASIL PORTUGUÊS	25
2. O BRASIL ESPANHOL	78
3. O BRASIL HOLANDÊS	170
4. O BRASIL PORTUGUÊS	243
5. O BRASIL BRASILEIRO	324
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	371

Nasce o gigante

No final do século XVI, Portugal terminou a consolidação da colônia na América, muito graças à ação do seu terceiro governador-geral, Mem de Sá. Com o apoio da Coroa portuguesa e sob influência dos jesuítas, que coordenaram as ações das forças enviadas pelos portugueses com tropas paulistas e de Salvador, a então capital colonial, Mem de Sá havia dizimado os índios tupinambás da costa, na administração que só acabou com sua própria morte, em 2 de março de 1572. Como uma versão tropical da *Pax romana*, se estabeleceu a *Pax* portuguesa. Pelo genocídio dos tamoios – tribos confederadas que montaram a resistência organizada, cujo último reduto foi a baía de Guanabara –, o Brasil foi pacificado.

Pacificado?

Como relatado em *A conquista do Brasil (1500-1600)*, na década de 1570 a colônia portuguesa deixada como herança pelo governo Mem de Sá ainda se restringia a uma dezena de cidades no litoral, distribuídas em oito capitânias. Tinha pouco mais de 17 mil habitantes brancos europeus, de acordo com o empresário, economista e historiador Roberto Simonsen.¹

Segundo o geólogo e político Pandiá Calógeras, em seu *Formação histórica do Brasil*, havia em 1583 aproximadamente 18 mil índios pacificados e 14 mil escravos negros, sobretudo nas capitânias da

Bahia e de Pernambuco. Com eles, a população colonizadora alcançava cerca de 50 mil pessoas. A economia vivia em função de 60 engenhos de açúcar, com produção estimada de 3 mil arrobas anuais, além das culturas de cana e algodão e da extração de pau-brasil.

Moradores de vilas esparsas no extenso litoral brasileiro e suas cercanias, os colonos exerciam pouca ou nenhuma influência no interior do continente. Para lá, dentro e além da área que pertencia a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, firmado com a Espanha ainda em 1494, o território era povoado exclusivamente por índios belicosos que jamais se submeteram aos portugueses, ou que abandonavam as escolas e aldeias sob influência dos jesuítas no litoral.

A maior parte dos índios que conheceu a escravização ou o extermínio das tribos litorâneas nas “guerras justas” – figura jurídica que ainda permitia cativá-los legalmente – procurou se afastar o máximo possível dos “peros” – como eram conhecidos os colonizadores portugueses, numa generalização do seu nome de batismo mais comum. A população indígena internada nas matas era estimada em 1639 pelo padre jesuíta espanhol Alonso de Rojas em 1 milhão de nativos, contados somente os “reduzidos nas terras que os portugueses possuem, e podem, convertidos, receber a fé católica”.

Em toda a América do Sul, incluindo os territórios sob domínio espanhol, calculava-se haver no início dos anos 1600 aproximadamente 4 milhões de índios. Ainda segundo Rojas, além de suas línguas próprias, falavam a chamada “língua geral”, derivação do tupi, incluindo “muitas nações de índios do rio das Amazonas, subindo pelo rio mais de 400 léguas”,* nas palavras dele.²

A colônia litorânea dividia-se, na prática, em duas: abaixo e acima de Salvador. No Brasil da costa nordeste, que se desenvolvia com engenhos de açúcar, a grande riqueza emergente, consolidava-se uma aristocracia latifundiária, que pagava à Coroa 20% de seus ganhos em impostos (o chamado “quinto”). O sistema produtivo baseava-se na mão de obra escrava, sobretudo dos negros africanos, que eram caros e

* Léguas era uma medida adotada pelos portugueses e colonos do Brasil, sobretudo em São Paulo, que representava a distância percorrida em uma hora de caminhada, cuja equivalência variava de 4,8 a 6 quilômetros.

davam trabalho. Demoravam a adequar-se aos costumes portugueses, de forma que passaram a ser distinguidos pelo seu estágio de adaptação. Os recém-chegados eram os “boçais”, o que significava estarem ligados ainda à sua cultura original. Os que se acostumavam eram os negros “ladinos”. Mais tarde, o termo “ladino” passou a ser aplicado genericamente com o sentido de “esperto”, ou mesmo “malandro”, enquanto “boçal” passou a ser o sujeito sem educação.

“Esse negro boçal, que não falava o português ou falava um português muito trôpego, era, entretanto, perfeitamente capaz de desempenhar as tarefas mais pesadas e ordinárias na divisão do trabalho do engenho ou da mina”, afirma o antropólogo Darcy Ribeiro.³

Os negros eram difíceis, caros, e escapavam, refugiando-se nas montanhas do sertão nordestino, onde formavam os redutos conhecidos como quilombos. A mão de obra mais farta, barata e disponível ainda era o índio. Embora na tradição historiográfica brasileira se atravesse apressadamente o capítulo da escravização indígena, aceitando a premissa de que este não se aprestava ao trabalho, sobretudo no engenho, ele continuava sendo caçado nos sertões. E foi a principal fonte de trabalho escravo – e alvo de um novo e violento período de extermínio – em todo o século XVII.

Enquanto os negros eram enviados para o trabalho produtivo nos engenhos, os índios tapuias eram utilizados como escravos nas lavouras de milho e fumo de São Paulo e, no Nordeste mais rico e bem servido de negros, em funções domésticas, como faxineiros, cozinheiros e carregadores. Eram empregados ainda como caçadores na captura de outros índios e dos negros “quilombolas”.

Alguns eram legalmente livres, mas mantinham-se em condição servil para não viver na pobreza. Muitos trabalhavam nas missões dos jesuítas, que usavam a ameaça dos caçadores de escravos brancos para trazer sob sua influência os que ainda viviam em aldeias. Era um regime de semiescravidão, uma vez que acabavam aceitando a vida nos aldeamentos missionários, sobretudo pelo medo. Assim, os jesuítas, que detinham a hegemonia dos registros da época, não tinham grande interesse em esclarecer a natureza do que acontecia na colônia.

Muito do que aconteceu no século XVII permaneceu um lapso nos livros escolares, que promove um verdadeiro salto na história, na presunção de que esse período não teve grande importância na formação brasileira. Escamoteia-se o período em que Portugal foi dominado pelos reis Habsburgo da Espanha, fala-se do ciclo do açúcar e da invasão holandesa como episódios isolados do resto da colônia e passa-se à fase do bandeirantismo e à da mineração, evitando-se o longo, sangrento e belicoso período da caçada aos índios escravos e da verdadeira guerra contra os jesuítas pela “posse” dos nativos no território das Missões.

Pouco se ensina nas escolas também a respeito do confronto entre espanhóis e portugueses que migraram para as vilas de colonização espanhola, onde foram perseguidos, expropriados e levados à fogueira como judeus, pela Inquisição. Espanhóis também sofreram preconceito e pressão após a Restauração da Coroa portuguesa.

Alguns historiadores se aprofundaram em estudos de cada um desses temas, sem, no entanto, examinar melhor a relação entre eles, excluindo com isso o entendimento das guerras religiosas, econômicas e políticas do século e sua influência decisiva na história do Brasil, de Portugal, da Espanha e do mundo.

Em boa parte, a pouca ênfase que se deu à história do Brasil no século XVII se deve ao fato de que a historiografia brasileira, baseada na tradição acadêmica portuguesa, preferiu varrer para debaixo do tapete o fato de que durante seis décadas Portugal e o Brasil pertenceram à Espanha. Um capítulo que todos preferiram esquecer – em Portugal, por ter sido sujeitado pela Espanha, e na Espanha, por ter perdido Portugal.

“Poucas épocas na história do império colonial português receberam menos atenção dos historiadores que os sessenta anos entre 1580 e 1640, quando Portugal e Espanha foram governados em conjunto pelos Habsburgo espanhóis Filipe II, Filipe III e Filipe IV (ou I, II, III pela contagem portuguesa)”, já escrevia em 1968 o historiador britânico Stuart Schwartz, da Universidade de Minnesota.⁴ “A união das Coroas em 1580 juntou os dois maiores impérios marítimos do século XVI, mas, curiosamente, esse fenômeno permaneceu relativamente não

estudado. Acima de tudo, está o fato embaraçoso de que os portugueses tiveram de lutar por sua independência do comando espanhol.”

Como britânico, Schwartz não sofria a influência portuguesa ou espanhola. Na tradição luso-brasileira, o século XVII permaneceu obscurecido, como uma forma não apenas de escamotear a dominação espanhola, como também de apagar a verdadeira natureza do avanço sobre a América, marcada pela exploração comercial selvagem e que produziu a morte em massa dos indígenas, continuação do genocídio iniciado no século anterior.

Porém, foi nesse período, no qual tanto portugueses quanto espanhóis influíram decisivamente para um gigantesco avanço da civilização ocidental, que se deu a verdadeira criação do Brasil, como território, identidade e sociedade, principais elementos de uma nação, unida pelo conflito.

Depois da tomada de Portugal pela Espanha, reunidos sob a mesma Coroa na chamada União Ibérica, da invasão holandesa e da Restauração da Coroa portuguesa, a identidade do Brasil ou sua ligação de fidelidade a uma potência europeia já não era tão clara. Dava saída a uma visão própria do mundo e do Brasil, que mesclava interesses políticos, comerciais e religiosos autóctones, sem submeter-se plenamente aos interesses dos dominadores externos.

As disputas pelos territórios além da linha de Tordesilhas, assim como a retomada do Nordeste aos holandeses, tiveram proporções de uma verdadeira guerra, com a participação de índios, jesuítas, colonos espanhóis e *criollos*, de um lado, portugueses e luso-brasileiros de outro, todos pelejando, mais que pela Coroa, em causa própria. Se no século XVII a colônia não conseguiu alcançar a independência política em relação aos dominadores europeus, fosse de Portugal, da Espanha ou mesmo da Holanda, já surgia a sociedade brasileira, sua natureza e sua vocação, com traços que deixaram sua influência no Brasil até o mundo contemporâneo.

A União Ibérica abriu uma janela inédita para a civilização brasileira ainda em formação. Descolou o Brasil de uma ligação exclusiva com o império português e lhe deu uma repentina possibilidade de expansão – não só geográfica, com a transgressão de fronteiras, mas

também pela miscigenação racial, cultural e econômica. Como no primeiro século de colonização, marcado pela dominação da costa litorânea, essa expansão avançou a ferro e fogo, dessa vez sobre o interior, passando por cima das restrições políticas e administrativas mantidas pelo império filipino. Forjava-se uma gente que se acostumou a seguir em frente, ora em associação com os poderosos da vez, conforme mudava o jogo político na Europa, ora contra eles, ou ainda apesar deles.

O mais ousado movimento desses desbravadores que arrostaram inimigos, Coroas e fronteiras se deu no Sudeste – em Santos, São Vicente e nas vilas pioneiras no planalto de Piratininga, onde os senhores de terra ainda dependiam exclusivamente da mão de obra do índio e a disputavam mesmo à revelia da influência dos jesuítas, que reclamavam para si o controle do “gentio”, e da Coroa espanhola, que os apoiava.

O tráfico de escravos indígenas, iniciado por João Ramalho, o degredado pioneiro que por múltiplos casamentos criou um exército mestiço com seus filhos e alianças, tornou-se um importante negócio e abriu caminho para o interior do continente. Contra os interesses espanhóis, cujo imperador preferia manter a separação administrativa e o controle pela Espanha das terras à esquerda de Tordesilhas.

Como uma espécie de Adão brasileiro, Ramalho deu à luz a primeira geração de mamelucos – termo empregado originalmente pelos portugueses para referir-se aos guerreiros mouros, de origem escrava, conhecidos por sua ferocidade em combate. No Brasil, designava os descendentes de índios com portugueses, que usavam o tupi como língua, lutavam com flechas, muito mais do que com o mosquetão, possuíam conhecimento da mata e temeridade comparável à dos lendários oponentes muçulmanos.

Depois da ocupação do litoral, esses implacáveis caçadores de escravos se sentiam em casa dentro da floresta e, como seus ancestrais antropófagos, lutavam sem medo de morrer. Com eles, nasceu o bandeirantismo, a incursão pelo imenso território sul-americano, da bacia do Prata até a cabeceira do Amazonas, do sertão paulista até os Andes.

Com a extinção dos tupinambás da costa, os capitães do mato paulistas se voltaram para as tribos tapuias, nômades que viviam da caça e da pesca e haviam se refugiado no sertão. Havia ainda no oeste de São Paulo os guaranis, sedentários como os tupinambás, por causa da agricultura, sobretudo o cultivo da mandioca. Ocupavam da planície do Chaco até a bacia do Prata, onde os jesuítas treinados na escola de José de Anchieta em São Paulo os reuniam em missões, criadas em áreas de fazenda geralmente doadas por particulares.

Os bandeirantes paulistas confrontavam os missionários da Companhia de Jesus, nos quais viam apenas um esforço de monopolizar para si o trabalho escravo do índio. Sendo eles também descendentes dos índios, desdenhavam dos efeitos da catequização. Em carta ao rei Pedro II, em 1694, o mameluco Domingos Jorge Velho, nascido em Santana de Parnaíba, em 13 de março de 1641, descendente de portugueses com tupiniquins e tapuias, dizia ser impossível civilizar aqueles selvagens, ou “adquirir o tapuia gentio-brabo e comedor de carne humana, para reduzi-lo ao conhecimento da urbana humanidade e humana sociedade”.

E completava: “Em vão trabalha quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens”.⁵

Ainda antes de 1580, ano em que Filipe II de Espanha se tornou também rei de Portugal e a unificação das Coroas portuguesa e espanhola tirou do Tratado de Tordesilhas o sentido de fronteira, os paulistas já gozavam de certa liberdade. O primeiro donatário da capitania, Martim Afonso de Sousa, senhor de Alcoentre e Tagarro, governava a distância, primeiro de Damão, para onde foi enviado para guerrear por dom João III. Depois se tornou vice-rei em Goa, sem jamais retornar pessoalmente às suas posses nas chamadas Índias Ocidentais.

Na prática, a administração da capitania ficou a cargo de sua mulher, Ana Pimentel, que vivia em Lisboa e passou a incumbência a prepostos, assim como faziam seus sucessores na posse da capitania. Com isso, os paulistas se sentiam distantes o suficiente da corte para interpretar as leis conforme melhor lhes convinha. Da mesma

forma, os donatários usavam essa mesma distância para culpá-los e desculpam-se quando necessário.

Assim como os jesuítas, cujo projeto era transformar o Novo Mundo num celeiro do catolicismo, os paulistas não viam limites políticos ou geográficos para suas ambições por todo o continente. O primeiro a audaciosamente desafiar jesuítas, a Coroa espanhola e suas imposições foi Manuel Prieto, nome que aparece nas cartas dos jesuítas espanhóis, ou Manuel Preto, em português: implacável caçador de homens, primeiro a buscar entre os índios civilizados pelas missões das províncias de origem e administração hispânicas a mão de obra de que os paulistas necessitavam para suas fazendas e os mercados humanos do Rio de Janeiro e de Salvador.

No Grão-Pará, capitania que sozinha era maior que “toda a Espanha junta”, conforme observou o jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña em 1639, Pedro Teixeira promoveu à revelia da Coroa ibérica uma ligação inédita com a próspera América espanhola, ao subir o atual rio Amazonas até o Marañón e depois os Andes, a grande cordilheira de montanhas nevadas que os incas chamavam de “punas”, onde alcançou Quito, hoje capital do Equador.

Em seus raídes, os bandeirantes arrostaram jesuítas e administradores espanhóis, deixando atrás de si terra arrasada. Em 1632, o vice-rei do Peru, Luis Jerónimo Fernández de Cabrera Bobadilla Cerda y Mendoza, conde de Chinchón, calculava que as incursões dos bandeirantes haviam feito mais de 200 mil índios escravos em território antes considerado espanhol. Desses, menos de 20 mil chegaram a São Paulo com vida. Somente num assalto em 1629, foram aprisionados 50 mil tupis-guaranis.

Nessa guerra, destacaram-se figuras que o tempo tornou quase lendárias. Entre os bandeirantes, colaboradores e depois sucedâneos de Manuel Preto, encontram-se André Fernandes, descendente direto de João Ramalho e da índia Bartira, que os jesuítas Justo Mancilla e Simón Masceta resumiam como “grande matador e desolador de índios”; Raposo Tavares, que o padre Antonio Ruiz de Montoya comparava ao próprio “diabo”; Sebastião Preto, defensor da Vila de Santos das incursões dos holandeses, morto no sertão, vitimado por

uma flecha, quando caçava índios abeueus; Fernão Camargo, o “Tigre”, que liderou uma bandeira por mar de São Vicente até a lagoa dos Patos; e Fernão Dias Paes Leme, que antes de se tornar o “Caçador de Esmeraldas” já era o homem mais rico e influente de São Paulo, com uma fazenda na região de Marueri, hoje Barueri, onde trabalhavam 5 mil índios escravos.

No lado da Igreja, ergueram-se também homens extraordinários, como os padres Diogo de Alfaro, Juan Cárdenas e Antônio Bernal, que se levantaram em armas para confrontar os *maloqueros* – forma pela qual os jesuítas se referiam aos caçadores de escravos paulistas, por aprisionarem os índios invadindo e incendiando malocas, as cabanas indígenas. Mais tarde, a palavra “maloqueiro” ganhou no Brasil a conotação genérica de “bárbaro”.

No início, sem a ajuda das autoridades castelhanas, os religiosos criaram verdadeiros exércitos de índios missioneiros para defender vilas e aldeias e dismantelar os campos de prisioneiros criados pelos bandeirantes. Não menos admiráveis foram os personagens que não estavam ao lado dos portugueses nem dos espanhóis, como o tuxaua Nheçu, cacique-pajé que dominava e inspirava terror na região onde hoje está a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina.

Na Bahia, havia o padre Antônio Vieira, filósofo, orador, escritor e intelectual de ação, num tempo em que política e religião eram uma coisa só. Nascido em Portugal e criado no Brasil, Vieira foi um iluminista um século antes do Iluminismo. Seus sermões, com os quais se celebrou como requintado pregador, além das mais de 700 cartas e tratados filosóficos, são uma obra-prima da literatura brasileira e portuguesa do período barroco e uma fonte luminosa de ideias em um período de obscurantismo.

Em sua pregação, na sua obra e na vida, o “imperador da língua portuguesa”, como o chamou o poeta Fernando Pessoa,⁶ opunha-se ao sistema econômico vigente, desde sua essência: o sistema escravagista. Combateu a opressão exercida pelos próprios jesuítas nas missões (pelos índios, era chamado de Paiaçu – em tupi, “o grande pai”). Numa época em que a Igreja Católica aceitava a escravatura do negro, ele defendia sua liberdade.

“Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado”, pregou aos escravos de um engenho pernambucano em 1633, ainda antes de tomar os votos oficiais do sacerdócio. “E que coisa há na confusão deste mundo mais semelhante ao inferno que qualquer destes vossos engenhos, e tanto mais quanto de maior fábrica?”⁷

Em 1654, Vieira denunciava as “barretadas” – como chamava a compra do silêncio da corte diante dos desmandos dos paulistas, que assim passavam por cima da lei sem punição. “São concedidos aos ser-tanistas de São Paulo estes privilégios, declaram eles mesmos com muita galanteria, não sei se com igual verdade, que o ouro que se tira das minas de São Paulo se põe todos em barretas em que se vai cunhar, e dizem eles que, em fazendo barretadas a esses ministros com estas barretas, logo ficam tanto em suas graças que dos seus pecados lhes fazem virtudes.”⁸

Questionador da impunidade e de todo o sistema, Vieira com seu talento tornou-se pregador nas missas reais, falando diretamente a dom João IV. Sua proximidade com o rei foi tão grande que, em suas cartas, o tratava por vezes como um simples amigo. “Ainda que se aumenta a distância, e a ausência, posso afirmar com toda a verdade a Vossa Majestade que não se diminuem, ao contrário, aumentam as saudades”, escreveu ele ao monarca em Haia, na Holanda, em 30 de dezembro de 1647.⁹

Com sua influência, reaproximou os judeus de Portugal, defendeu o fim do preconceito contra os cristãos-novos, tornou-se embaixador junto aos protestantes e criou um plano militar e econômico para a Restauração da Coroa portuguesa. Sua mensagem revolucionária o fez confrontar capitães da terra, seus superiores de ordem, o próprio rei, o papa e a Inquisição, derrubada em Portugal graças à sua influência. “Quem me dera asas como de pomba para voar e descansar”, dizia ele.

No Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, caçador de índios, conquistador de Angola para Portugal, capitão e governador da capitania do Rio de Janeiro, mesmo com diferentes interesses, somou-se a Vieira como peça-chave da Coroa portuguesa na retomada do Brasil dos espanhóis e holandeses e seu avanço sobre o sertão, conjunto de ações que deu forma ao Brasil colonial – maior parte do país contemporâneo.

Praticamente esquecido pelos livros escolares de história, Correia de Sá foi, no Brasil, o integrador da colônia, utilizando os ferozes paulistas para reincorporar o Nordeste, onde os senhores de engenho, que tinham convivido com a dominação holandesa, decidiram também rebelar-se. Retomou dos holandeses ainda os domínios na costa ocidental da África, devolvendo ao império português toda a cadeia produtiva do açúcar – do engenho ao seu principal fornecedor de mão de obra.

Articulou o avanço dos bandeirantes muito além das fronteiras. Com isso, em meados do século XVII os paulistas já haviam ocupado grande extensão do continente, que ia da capitania de São Vicente, sua origem, até o rio Taquari, no Rio Grande do Sul; a leste, além do rio Paraná, onde se encontravam as missões espanholas. E chegou à Amazônia mais remota com a expedição de Antônio Raposo Tavares, em meados do século, até retornar pela foz do Amazonas, depois o Maranhão e daí a São Paulo, num périplo equivalente a meia volta ao mundo. Dessa forma, 80% da área que hoje compreende o território brasileiro encontrava-se no século XVII sob a influência direta dos paulistas.

Bandeiras partiam pelo Amazonas em busca não só do comércio de escravos, como também das chamadas “drogas do sertão” – sobretudo cravo, canela, salsaparrilha e cacau, estabelecendo povoadamentos de apoio por onde passavam, explorando e mapeando terras.

Embora em polos opostos, entre os anos de 1600 e 1700 bandeirantes avançaram pela região Norte, ocupando a área que daria 8,5 milhões de quilômetros quadrados ao atual território brasileiro, o quinto maior país do mundo. Com seu espírito indômito, avessos às imposições do poder da metrópole, fosse portuguesa ou hispânica, tornaram-se os precursores modelares do empreendedor brasileiro, acostumado a passar por cima de leis e sem limites para suas ambições, legitimadas pela ganância – ou a simples necessidade.

Ao mesmo tempo que os bandeirantes avançavam pelo sertão, os jesuítas portugueses estendiam sua influência nas aldeias indígenas

ao longo do Amazonas e seus afluentes, formadores da maior bacia hidrográfica do mundo, num esforço monumental de catequização. E comerciantes originários da colônia brasileira povoavam as principais cidades espanholas na América do Sul. Isso fazia o governador de Buenos Aires, Diego de Góngora, queixar-se ao rei, por carta, que lá habitavam em 1621 muito mais “portugueses e seus descendentes que castelhanos”. A rejeição aos portugueses passou a acirrar-se ainda mais nas décadas seguintes.

Como apontou o historiador clássico Afonso d’Escragnoille Taunay, uma denúncia encaminhada em 1632 pelo provincial da Companhia de Jesus, padre Francisco Vásquez Trujillo, alertava Filipe IV para o risco da “perda completa do Paraguai, até a do território do além-Paraná, a que ficara reduzido com a perda do Guaíra [para os paulistas]”.¹⁰ Como remédio, os colonizadores espanhóis utilizaram contra os portugueses os dois principais recursos em voga naquele século: as armas e a Inquisição.

A riqueza dos portugueses nas cidades de colonização espanhola, onde havia tribunais locais, os colocava na linha de frente das perseguições, com acusações nas quais se misturava a suspeita religiosa com interesses protecionistas. “As disputas não eram só econômicas”, afirma o historiador John Monteiro. “Passavam por alianças de famílias e pela identidade religiosa.”¹¹

No início, a Inquisição nas colônias de origem espanhola era exercida informalmente pelos bispos, mas se instituiu mais formalmente em 1569, com a criação, por cédula real de Filipe II, do Tribunal do Santo Ofício nas principais cidades da Nova Espanha: Lima, capital do vice-reino do Peru, e a Cidade do México, capital do vice-reino do México. Ambas eram centros de territórios prioritários, onde estavam as minas de ouro e prata, fonte de um novo grande impulso no gigantesco império espanhol.

Os castelhanos de origem não queriam dividir essa riqueza com os migrantes portugueses e se reservavam esse direito pela divisão administrativa criada por Filipe II entre a colônia de língua portuguesa e a castelhana, ainda em vigor. Seus instrumentos práticos para garantir essa separação e deter a invasão portuguesa eram a luta, nas províncias atacadas pelos bandeirantes, e, nas cidades, a perseguição religiosa,

com apoio explícito da Coroa espanhola. “Executaremos as penas impostas por direito contra os condenados, relapsos e convencidos de heresia e apostasia [...] e poremos a eles e seus familiares com todos seus bens e fazendas ao nosso amparo, salvaguarda e defendimento real”, escreveu Filipe II.¹²

Com isso, o imperador queria evitar expressamente que se estabelecessem, no coração da América meridional, “judeus encapotados, homens muito danosos ao bem espiritual e temporal e à segurança destes reinos”.

O primeiro inquisidor na Cidade do México, dom Pedro Moya de Contreras, mais tarde arcebispo e homem influente no vice-reinado, assumiu o posto em 1571. “Este santo tribunal foi de grande proveito para a Nova Espanha e limpou a terra, que estava contaminadíssima de judeus e hereges, em especial de gente portuguesa, ou pelo menos de judeus cruzados com eles desde o tempo em que foram admitidos no reino de Portugal”, escreveu em Sevilha, em 1615, frei Juan de Torquemada, missionário franciscano radicado na Cidade do México.¹³

Levantavam-se tablados em praça pública para a leitura das sentenças, os castigos corporais e a execução dos condenados. Ao redor, ficavam as tribunas para o vice-rei, os membros da Audiência (órgãos judiciários), os cabildos (câmaras de vereadores) seculares e eclesiásticos e outras autoridades, instalados “com uma incrível suntuosidade”, de acordo com o historiador José Toribio Medina, em *História do tribunal da Inquisição no México*.¹⁴ Somente os índios estavam fora da jurisdição do Santo Ofício, submetidos exclusivamente às regras criadas pelos jesuítas dentro das missões.

A resistência dos colonos de origem espanhola contra os portugueses tomou as proporções de uma guerra a partir de 1630, quando governantes locais e jesuítas se uniram para combater os *maloqueros* paulistas. Na vila de São Paulo, os fazendeiros que se uniam para formar as bandeiras e dividir o resultado dos raides pelo sertão tinham imposto a hegemonia do poder laico sobre o religioso. Porém, durante a União Ibérica, eram confrontados com as autoridades da Inquisição espanhola na América, originadas na Espanha, ainda mais duras que em Portugal.

Para os espanhóis, sobretudo os jesuítas castelhanos, os grandes colonizadores da América hispânica, bandeirantes como Antônio Raposo Tavares não eram apenas portugueses perigosos e cruéis. Eram judeus interessados em fazer ruir a fé que eles estavam implantando entre as almas incultas e vulneráveis do Novo Mundo.

Aos “hereges portugueses”, no início do século XVII, se juntou a ameaça dos corsários, como os franceses, que ainda se recusavam a reconhecer o direito “natural” dos espanhóis (e seus vassallos portugueses) às terras do Novo Mundo. E os invasores dos Países Baixos, coligação de pequenas mas ambiciosas nações, que enriqueciam com seus negócios marítimos a partir de seus portos no mar do Norte, de religião, sobretudo, protestante – outro inimigo no qual se via um perigo tanto econômico quanto religioso.

Os sete membros dessa coligação – Zelândia, Utrecht, Frísia, Groninga, Gueldres, Oreyssel e Holanda – foram dominados pela Espanha entre 1548 e 1571. A partir de sua independência, passaram a chamar-se Estados Gerais das Províncias Unidas, ou República Neerlandesa. Como retaliação à Espanha, afirmação de independência, ou simplesmente para abocanhar a riqueza brasileira, cujas portas foram fechadas para eles desde a incorporação de Portugal ao império hispânico, os neerlandeses invadiram a colônia e chegaram a ocupar toda a faixa litorânea que vai do Maranhão ao Espírito Santo a partir de duas investidas, em 1624 e 1628.

Tomaram a fonte emergente de lucros da época – os engenhos de açúcar de Pernambuco – e as colônias africanas que forneciam mão de obra escrava não apenas para o Brasil, mas também para as províncias espanholas. Foram expulsos somente em 1654, catorze anos depois da separação da Coroa portuguesa da Espanha.

A expulsão dos holandeses e o avanço bandeirante pelo interior asseguraram o domínio sobre um vasto território, consolidado após a guerra da “Restauração” (“*Alzamiento*”, para os espanhóis), iniciada em 1º de dezembro de 1640, quando Portugal e Espanha se separaram e cada qual voltou a ter sua respectiva Coroa. Desse esforço foi criada

uma nova divisão oficial do território sul-americano, firmada oficialmente por fim no Tratado de Madri, em 1750, pelos reis João V de Portugal e Fernando VI da Espanha.

Mais que recuperar, garantir e expandir o território brasileiro, o século XVII mudou todo o contexto geopolítico e social do Brasil. Com a expulsão dos neerlandeses do Nordeste, quase sem ajuda de Portugal, e a ocupação de terras antes espanholas, surgiu uma personalidade local, formada na adversidade e na diversidade, sob as influências de origem de todos aqueles dominadores, mas com uma identificação própria.

Os desbravadores que resistiram a todas as mudanças do século XVII – combatendo jesuítas, espanhóis cristãos, holandeses protestantes, índios antropófagos e negros reunidos no Quilombo dos Palmares, um Estado paralelo constituído por escravos foragidos em Alagoas e Pernambuco – foram decisivos para a consolidação do Brasil e da mentalidade que germinou uma nação independente.

Descobriram ouro no Mato Grosso e em Minas Gerais, criando uma atividade econômica paralela, que fez com que o Brasil não se tornasse uma colônia reduzida ao Nordeste, rico em açúcar, e um mero entreposto litorâneo, a sudeste e ao sul. Ocuparam as terras da bacia do São Francisco. Desbravaram e ocuparam do interior do Nordeste até o Piauí.

Mais ligada aos primeiros colonizadores do século anterior, bravos e sanguinários, do que à sociedade mais impregnada do verniz europeu, que só se instalaria na colônia com a chegada de dom João VI ao Brasil em 1808, a geração que desbravou e expandiu o Brasil representou uma segunda etapa no processo de conquista do território e da formação da sociedade brasileira.

Como na ocupação da costa, a expansão do Brasil para o limite próximo do país que conhecemos hoje foi sangrenta, turbulenta e arriscada. Envolveu disputas políticas na corte europeia, a ação de aventureiros implacáveis, conflitos com a Igreja e seus heróis santos e a participação de ferozes guerreiros tribais. Saíram do século XVII não mais na antiga colônia costeira, e sim em algo muito maior. Junto à disputa fratricida entre espanhóis e portugueses e suas rivalidades na Europa, avançaram a sangue e fogo para estabelecer no Brasil uma

nação que já não era Espanha, Holanda ou Portugal, formada por negros, índios e luso-brasileiros, unidos simplesmente em defesa de sua vida na própria terra.

Foi o período delineador não somente de um grande território, com uma das maiores florestas do mundo, a maior concentração de rios de água doce para o consumo humano e uma das mais vastas áreas de terras agricultáveis no globo – o gigante que acostumou os brasileiros a pensar em si mesmos como “país do futuro”, com ambições do mesmo tamanho que a sua riqueza. Foi um período essencial para o surgimento da ideia de uma nação brasileira, da sua personalidade e do país de hoje, fonte dos nossos mais monstruosos males, como das nossas incomparáveis virtudes – e espantosa força.

